



APRESENTAÇÃO PÚBLICA

PLATAFORMA LISBOA

2 DE
JULHO

Rua D. Luís I, n° 21

18:30

Aos dois dias do mês de Julho de 2025, associações de moradores, movimentos informais de moradores e moradores das diversas freguesias da cidade de Lisboa, todos abaixo assinados, unem-se numa plataforma informal, que a todos reúne e representa e que designam por **Plataforma Lisboa - As Nossas Vozes**, com o objetivo de fazer valer, perante entidades públicas e privadas, os direitos fundamentais que lhes assistem, designadamente o direito à integridade física e moral, o direito a um ambiente são e equilibrado, os quais consideram sucessivamente violados, também por ação e omissão das entidades públicas, em particular do município de Lisboa.

Desta forma, considerando:

- a) os níveis intoleráveis de ruído produzido por actividades associadas ao divertimento nas ruas, praças, largos, jardins e demais locais públicos; a instalação de aparelhos emissores de som, amplificadores e aparelhos sonoros que projectam sons *no e para o* espaço público, impedindo o sono, o descanso o estudo, o trabalho dentro das habitações;
- b) o funcionamento de certos estabelecimentos de bebidas; bebidas e comidas e similares, aliado à aglomeração de pessoas na via pública a consumir os respetivos produtos, que tornam quase impossível residir em cada vez maiores áreas da cidade, pois é impossível preservar o sono, o estudo, o trabalho, a tranquilidade – em suma, uma vivência normal no interior das habitações;
- c) o abundante consumo de bebidas alcoólicas na via pública, a qualquer hora do dia ou da noite, transformando bairros inteiros em gigantescos bares abertos, com violência associada e transformando as ruas em casas de banho ao ar livre, sem cerimónia, para onde são atirados todo o tipo de dejetos;
- d) a proliferação descontrolada de bares, restaurantes e estabelecimentos de diversão noturna, em prejuízo do bem-estar dos moradores e de um panorama social, cultural e económico

que de outra forma poderia ser muito mais válido para a cidade e os seus habitantes;

- e) a crescente insegurança dos cidadãos, o aumento da grande e pequena criminalidade - venda de droga, roubos, vandalismo sobre propriedade pública e privada,
- f) o sentimento crescente e visível de impunidade por parte dos proprietários de alguns estabelecimentos de animação nocturna e outros;
- g) a patente ilegalidade de funcionamento de certas actividades, perante a ausência ou indiferença de poderes públicos dela conscientes;

Considerando ainda que:

h) aos residentes assiste o direito à protecção pública, expressamente prevista na Lei Fundamental;

i) constitui crime atentar contra direitos fundamentais;

j) as entidades públicas não podem renunciar às suas competências, que constituem poderes/deveres, como vem sucedendo;

k) os signatários há anos que alertam o município de Lisboa para a degradação da situação acima referida, oferecendo a sua colaboração e apresentando contributos, como por exemplo na pronúncia da consulta pública da revisão do Regulamento de Horários dos Estabelecimentos de Venda ao Público da Cidade de Lisboa subscrita por várias associações de moradores de diferentes freguesias – em vão.

A Plataforma Lisboa – As Nossas Vozes adopta, assim, a seguinte agenda:

1. Solicitar uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, não delegável nos senhores vereadores, como vem sucedendo;

2. Solicitar uma reunião com os membros do Governo responsáveis pelas áreas do Ambiente e da Segurança Pública;
3. Solicitar uma reunião ao Sr. Procurador-Geral da República, atentas as competências em matéria de direitos difusos;
4. Solicitar a aprovação do regulamento de horários, cuja consulta pública terminou há mais de um ano, o qual deve contemplar as sugestões efectuadas pelas associações de moradores;
5. Exigir o estrito cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, bem como da demais legislação nacional e comunitária aplicável;
6. Solicitar a elaboração e adopção de plano municipal de redução do ruído, devidamente articulado com planos de ação;
7. Promover a revisão dos mapas de ruído e zonamentos da cidade de Lisboa;
8. Solicitar a apresentação pública de relatório sobre o estado de ambiente acústico do município, incluindo o ambiente acústico noturno, com base nas queixas efetuadas através da Linha do Ruído e da plataforma Na Minha Rua, entre outras;
9. Solicitar a correção pelo município das situações em que se verifiquem níveis sonoros que ultrapassem os máximos permitidos;
10. Solicitar a adopção de planos de higiene e limpeza da cidade;

11. Exigir da Câmara Municipal de Lisboa a fiscalização necessária para evitar a vandalização e descaracterização do espaço público;
12. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que cumpra escrupulosamente as suas competências em matéria de licenciamento e fiscalização urbanística, e que aplique as medidas que o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação lhe comete, em casos de desrespeito pelo referido regime, em matéria de licenciamento;
13. Efectuar as ações de policiamento de proximidade, necessária para garantir a segurança e tranquilidade públicas e que, tendo, em alguns casos, sido prometidas, não se efectuaram;
14. A Plataforma Lisboa – As Nossas Vozes, pelos seus signatários, intentará os procedimentos judiciais necessários contra as entidades públicas competentes, por ação e omissão, responsabilizando solidariamente os titulares dos seus órgãos, consoante os casos.

Lisboa, 2 de julho de 2025

Os signatários

Associação de Moradores do Bairro do Alto do Parque

A Nossa Graça

Aqui Mora Gente

AMO Santos

Amigos do Príncipe Real

Associação de Moradores da Lapa

Comissão de Moradores do Bairro Azul

Comissão Vizinhos da Rua Vicente Borga

Fórum Cidadania Lx

Associação de Moradores e Amigos de Santa Maria Maior

Santos em Silêncio

Somos Bairro Alto

Vizinhos de Alcântara

Vizinhos de Alvalade

Vizinhos de Areeiro

Vizinhos de Arroios

Vizinhos das Avenidas Novas

Vizinhos da Estrela